

A força do cinema brasileiro além da tela



» MAGDA CHAMBRIARD
Presidente da Petrobras

O cinema brasileiro voltou aos holofotes com *O agente secreto*, conquistando prêmios de Melhor filme em língua não inglesa e Melhor ator em drama, com Wagner Moura, no Globo de Ouro. Também premiada no Critics Choice Awards, em Cannes e escolhida para representar o Brasil no Oscar de 2026, a obra é um exemplo de que a cultura e o audiovisual nacional seguem vivos, se reinventando e se afirmando como forma de pensar o país e projetar nossa identidade para o mundo. Tudo isso só é possível quando há apoio, visão e investimento público e privado.

A cultura representa vetor estratégico de desenvolvimento econômico e social, capaz de gerar impactos estruturantes para o país. O cinema é uma importante indústria para a economia do país. No Brasil, a cadeia do audiovisual envolve milhares de profissionais, movimenta centenas de milhões de reais por ano e abre oportunidades para fortalecer não só nossas conexões com a sociedade, mas também nossa economia e nosso lugar no mundo.

Quando uma empresa patrocina um filme ou um festival, vai além do apoio aos artistas, pois ativa empregos, gera renda, fomenta inovação e fortalece um setor que forma novos olhares e multiplica as vozes do país. No caso de *O agente secreto*, a Petrobras patrocinou o longa por meio da Lei do Audiovisual, que integra um ecossistema de políticas públicas de fomento ao setor cultural brasileiro, ao lado de instrumentos como a Lei Rouanet, a Lei Aldir Blanc e a Lei Paulo Gustavo. Essas ferramentas são essenciais para democratizar o acesso ao financiamento cultural e estimular a parceria entre Estado e iniciativa privada, movimento que o governo do presidente Lula vem realizando de forma exemplar.

No caso da Lei Rouanet, empresas

enquadradas no regime de lucro real podem destinar até 4% do imposto de renda devido para apoiar projetos aprovados pelo Ministério da Cultura (MinC). Trata-se de um modelo semelhante ao adotado em diversos países e que, no Brasil, ao longo de mais de três décadas, viabilizou milhares de produções e contribuiu para a consolidação da infraestrutura cultural nacional. Estudo divulgado recentemente pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e pelo MinC aponta que cada R\$ 1,00 investido por meio da Lei Rouanet gera um retorno de R\$ 7,60 para a economia e para a sociedade.

A Petrobras tem sido parte ativa dessa trajetória. Em 30 anos de parceria com o cinema brasileiro, já patrocinou mais de 600 produções, de *Carlota Joaquina, princesa do Brasil* a *O agente secreto*. Por meio do Programa Petrobras Cultural, que contou com seleção pública em 2024, estamos investindo cerca de R\$ 100 milhões em audiovisual, incluindo 26 longas-metragens e diversos festivais e espaços ligados ao audiovisual, em vários estados do país.

Do ponto de vista corporativo, apoiar a cultura é também estratégia de reputação e propósito. Num mundo em que consumidores exigem coerência e valores, a cultura é o espaço mais legítimo de conexão emocional entre empresas e sociedade. Um filme como *O agente secreto*, ao circular pelo mundo, carrega o talento artístico e a marca de todos que acreditaram nele. Bom para o Brasil e para a Petrobras.

Por isso, este é um momento oportuno para refletir sobre a responsabilidade entre Estado e empresas na preservação e no fomento da cultura. A retomada das produções nacionais, os festivais e o fortalecimento de políticas públicas são conquistas que precisam ser sustentadas por uma rede de apoio sólida. É hora de a sociedade enxergar o investimento cultural como política de desenvolvimento, integrada e estratégica.

Um país que valoriza seu cinema, suas artes e suas histórias constrói uma economia mais criativa e uma sociedade justa, plural e confiante em sua própria voz. Quando a luz se apaga e a tela acende, o que se apresenta é a expressão de um Brasil que acredita em si mesmo.



Reflexões sobre a natureza e o uso da inteligência artificial



» CILENE RODRIGUES
Professora e Pesquisadora da Pontifícia Universidade Católica do Rio do Janeiro e do Instituto de Matemática Pura e Aplicada e Tecnologias (Impa Tech)

» RAFAEL BERALDO
Pós-Doc da Universidade Estadual de Campinas e professor do Impa Tech

» KAIOS COSTA
Graduando do Impa Tech

Desde sua criação, a inteligência artificial (IA) teve dois grandes picos de audiência. O primeiro em 1997, quando o autômato Deep Blue, produzido pela IBM, derrotou o então campeão mundial Garry Kasparov, no jogo de xadrez, e, atualmente, somos bombardeados por propagandas de uso de IAs em tarefas cognitivas. Como consequência, delegamos produção de textos, resolução de problemas matemáticos, criações artísticas e até julgamentos sobre as fronteiras entre real e irreal, ético e antiético, para esses autômatos. Essa condição fomenta e é fomentada pelo entendimento de que a inteligência artificial ultrapassa a inteligência orgânica no que tange à competência e ao desempenho mental, justificando seu uso em larga escala nas diversas esferas da vida social e individual. Vaidosos na tecnologia, experienciamos um certo esvaziamento mental, pois não mais valorizamos o desenvolvimento das nossas habilidades e não medimos as consequências desse estado de coisas.

Luiz Von Ahn, fundador e CEO do aplicativo Duolingo, declarou recentemente que as IAs são melhores professores que os seres humanos no ensino de línguas. Declarações como essa excitam o processo de transhumanismo que não vem acompanhado de garantias. Estamos preparados para lidar com as elevadas taxas de desemprego que a substituição almejada nos trará? Ainda, a ética do trabalho não versa apenas sobre a relação entre emprego e remuneração financeira, mas também sobre o bem-estar físico e mental que nossas atividades ocupacionais nos proporcionam. O trabalho é um dos pilares da valorização pessoal e social do indivíduo, um dos propósitos fundamentais da nossa existência. Não há futuro para uma sociedade repleta de profissionais inaneis, anulados em suas habilidades e desprovidos das condições necessárias para manutenção de seus entes. As empresas vendem a ideia de que as IAs definem o futuro, mas a pergunta é: de que futuro estamos falando?

Obviamente o desenvolvimento dessas tecnologias trará grandes benefícios, pois são bem mais rápidas e podem potencialmente ser mais eficazes na análise de volumes exorbitantes de dados, fazendo emergir padrões e generalizações que escapam à cognição humana. Mas isso não quer dizer que elas nos ultrapassam cognitivamente, podendo nos substituir sem danos para nossa espécie. É preciso ter em mente que velocidade e quantidade nem sempre estão pareados com qualidade.

Voltemos ao jogo de xadrez. Alan Turing, o pai da ciência de computação, era um bom enxadrista e, ainda nos anos de 1950, criou o primeiro código para automatização do xadrez. De lá para cá, autômatos foram se aperfeiçoando na arte desse jogo, mas o esforço foi de seus criadores. Foram necessárias enormes quantidades de dados de exposição, diversas avaliações de parâmetros e etapas de treino para que Deep Blue vencesse Kasparov. Há, ainda, um outro fator que decidiu o resultado da partida em 1997: a baixa flexibilidade contextual do xadrez. Não há ajustes pragmáticos nesse jogo, as regras não se ajustam aos contextos das partidas e às necessidades dos competidores. Isso garante o sucesso das estratégias tecidas pelos jogadores no analisarem passo a passo a posição das peças no tabuleiro.

Nisso, a linguagem humana se diferencia bem do xadrez. Embora a gramática seja um sistema combinatorial regrado, o uso que fazemos da linguagem é bastante dinâmico. O bom falante se adapta com naturalidade às necessidades de seu interlocutor, fazendo concessões em prol do sucesso comunicativo. Essa habilidade adaptativa é um argumento contra a declaração de Luiz Von Ahn. As IAs não são melhores do que nós no ensino de línguas, pois elas não lidam tão bem quanto nós com o inesperado linguístico. Elas também não são inteligências gerativas como nós. Como afirma a filósofa Anna Soy Ribeiro, da Universidade do Texas, na linguagem, os humanos avançam em direção ao futuro, adaptando-se, modificando e inovando em léxico e regras gramaticais, vendo criando dialetos e, consequentemente, novas línguas. Em contraposição, as IAs alimentam-se do passado, dos dados que nós disponibilizamos na internet. Nesse contexto, cabe também avaliar que dialeto é uma marca linguística que confere pertencimento e identidade social ao falante, e estudos indicam que ela aumenta a confiabilidade e a lealdade entre as pessoas. As IAs podem imitar por emulação qualquer dialeto, mas não têm pertencimento nem identidade linguística. Elas são bom automatizar a crença de que falante perfeito é falante livre de sotaque, sem marcas dialetais.

Em conclusão, o impulso que essa onda de automatização do conhecimento está nos dando pode nos acelerar para o futuro se usada adequadamente, ou nos travar, tornando-se ironicamente o temido grande filtro de bloqueio à evolução da inteligência.

Controle e regulação: limites, tempo e deferência



» BRUNO DANTAS
Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Corte que presidiu entre 2022 e 2024

Em democracias constitucionais maduras, o problema raramente está na ausência de controle. Está, quase sempre, na dificuldade de dosar sua intensidade, seu tempo e seu alcance. Controlar é indispensável; controlar mal pode ser desfuncional. Essa tensão torna-se mais aguda quando o controle incide sobre decisões regulatórias, tomadas em ambientes de incerteza, com efeitos sistêmicos e impacto direto sobre expectativas econômicas.

A Constituição fortaleceu, com razão, os mecanismos de fiscalização da administração pública. O desafio que se impôs desde então — e que hoje se apresenta com maior complexidade — é outro: como exercer o controle sem substituir o regulador, preservando a autoridade técnica, a racionalidade decisória e a estabilidade institucional que a regulação busca assegurar.

A atividade regulatória não se confunde com a gestão administrativa ordinária. Ela opera sob condições de assimetria informacional, risco e incerteza genuína — aquela que, como observou Frank Knight, não se deixa reduzir a probabilidades mensuráveis. Decisões regulatórias são prospectivas, fundadas em modelos técnicos, avaliações prudenciais e projeções que raramente admitem respostas binárias.

É nesse contexto que a doutrina passou a identificar o chamado “controle de segunda ordem”. Trata-se de um modelo de fiscalização que não se orienta pela substituição do mérito da decisão regulatória, mas pela verificação da qualidade institucional do processo decisório.

Esse entendimento não representa leniência nem abdicação do controle. Ao contrário, pressupõe um controle mais sofisticado, consciente de seus limites epistemáticos e atento aos custos institucionais de uma interferência excessiva. Como demonstrou Hayek, o conhecimento relevante para decisões complexas é disperso, contextual e frequentemente tácito, não estando integralmente disponível a um observador externo em um único momento do tempo.

Há, contudo, uma variável adicional frequentemente negligenciada: o tempo do controle. A depender da sensibilidade da atividade regulatória fiscalizada — sobretudo quando estão em jogo mercados estratégicos, estabilidade econômica ou expectativas sistêmicas —, o Tribunal de Contas da União (TCU) deve avaliar com cautela qual é o momento mais adequado para intervir.

Em certos contextos, o controle concomitante pode amplificar incertezas, gerar paralisação decisória ou contaminar sinais econômicos relevantes. Nessas hipóteses, pode ser institucionalmente mais prudente aguardar o exame da atividade regulatória e realizar um controle a posteriori, mais informado e menos intrusivo.

A análise econômica institucional ajuda a compreender essa escolha. Ronald Coase mostrou que instituições moldam comportamentos por meio de incentivos e custos de transação. Um controle exercido no momento inadequado — ainda que bem-intencionado — pode elevar esses custos, desorganizar expectativas legítimas e reduzir a eficiência do sistema.

Nesse ponto, é fundamental reconhecer que nem todas as agências reguladoras são iguais do ponto de vista institucional. Autoridades com governança frágil, processos decisórios opacos ou déficits recorrentes de accountability são mais suscetíveis a uma atuação mais intensa do controle externo.

O inverso também é verdadeiro. Agências com governança sólida, decisões tecnicamente fundamentadas, mecanismos de análise de

impacto, participação e transparência merecem, do controlador, maior deferência institucional. Pode-se citar, a título de exemplo, o Banco Central, cuja atuação regulatória e supervisória se ancora em processos decisórios estruturados, padrões técnicos rigorosos e parâmetros acordados internacionalmente, como os marcos de Basileia e a cooperação em fóruns multilaterais.

Nesses contextos, a intensidade do controle externo deve ser calibrada à luz da qualidade institucional do regulador, e não segundo critérios uniformes. A deferência, aqui, não decorre da relevância do setor regulado, mas da densidade da governança que sustenta a decisão regulatória.

A jurisprudência do TCU reconhece esses limites. No paradigmático Acórdão nº 1.703/2004-Plenário, relatado pelo ministro Benjamin Zymler, assentou-se que o controle externo, diante de escolhas regulatórias fundadas em juízos técnicos complexos, não se confunde com reexame do mérito regulatório. Nesses casos, a atuação do Tribunal deve incidir sobre a juridicidade e a racionalidade do processo decisório, preservando-se o espaço próprio de conformação técnica do regulador.

O desafio contemporâneo do controle, portanto, não está em escolher entre rigor e deferência, mas em conciliá-los institucionalmente. Um controle que ignora as especificidades da regulação — sua técnica, seu tempo e seus riscos — corre o perigo de enfraquecer aquilo que pretende proteger.

A maturidade institucional se revela quando o controlador comprehende que nem toda contenção é omissão, que nem todo controle precisa ser imediato e que a deferência, longe de significar renúncia, pode ser a forma mais exigente de controle. Em matéria regulatória, controlar bem é, muitas vezes, saber quando, como e até onde controlar.